

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Ciências Econômicas

BRUNO DE LORENZI CANCELIER MAZZUCCO

Duas Interpretações sobre a Retórica na Economia a partir da História das Idéias

Florianópolis, 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DA SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**DUAS INTERPRETAÇÕES SOBRE A RETÓRICA NA ECONOMIA A
PARTIR DA HISTÓRIA DAS IDÉIAS**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas da
Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório
para a obtenção do grau de Bacharelado.

Acadêmico: Bruno de Lorenzi Cancelier Mazzucco

Orientador: Prof. Dr. Marcos A. Valente

FLORIANÓPOLIS, 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 ao acadêmico Bruno de Lorenzi Cancelier Mazzucco na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcos A. Valente

Prof. Dr. Brena Paula Magno Fernandez

Prof. Dr. João Rogério Sanson

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos colegas, professores e familiares que contribuíram de uma forma ou outra para a realização deste trabalho.

Dedico este trabalho aos ilustres colegas da *Mesa Laranja*.

- *I came here for a good argument.*
- *No you didn't; no, you came here for an argument.*
- *An argument isn't just contradiction.*
- *It can be.*
- *No it can't. An argument is a connected series of statements intended to establish a proposition.*
- *No it isn't.*
- *Yes it is! It's not just contradiction.*
- *Look, if I argue with you, I must take up a contrary position.*
- *Yes, but that's not just saying 'No it isn't.'*
- *Yes it is!*
- *No it isn't!*

The Argument Sketch - Monty Python's Flying Circus, Episode #29

RESUMO

MAZZUCCO, Bruno de Lorenzi Cancelier. **Duas Interpretações sobre a Retórica na Economia a partir da História das Idéias**. 50 f. Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

Este trabalho propõe-se a analisar a utilização da retórica como metodologia da economia tal como proposta por Pêrsio Arida (ARIDA, 1983; 2003) e Deirdre McCloskey (MCCLOSKEY, 1983; 1990) através da história das idéias, mais precisamente a partir da obra de Mark Bevir (BEVIR, 1999). Após a reconstrução dos argumentos de tais obras, utilizaram-se as categorias bevirianas para mostrar a compatibilidade do estudo retórico da economia com a história das idéias.

Palavras-chave: retórica, história das idéias, metodologia da economia.

ABSTRACT

This study proposes to examine the use of rhetoric as a methodology of economics as proposed by P rsio Arida (ARIDA, 1983, 2003) and Deirdre McCloskey (McCloskey, 1983, 1990) through the history of ideas, more precisely, from the work of Mark Bevir (BEVIR, 1999). After the reconstruction of the arguments of these works, we used the bevirian categories to show the compatibility of rhetorical study of economics with the history of ideas.

Keywords: rhetoric, history of ideas, methodology of economics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Relação entre HPE e Teoria Econômica para Arida.....	35
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Os modelos hard e soft em contraste.....	34
Quadro 2: 11 regras do modernismo	39
Quadro 3: Dimensões do pensamento analógico	43

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Tema e Problema	12
1.2 Objetivos.....	14
1.2.1 Objetivo geral	14
1.2.2 Objetivos específicos.....	14
1.2.3 Justificativa.....	14
1.3 Metodologia.....	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: HISTÓRIA DAS IDÉIAS EM BEVIR.....	17
2.1 A natureza do significado	17
2.1.1 A defesa do intencionalismo	19
2.1.2 Individualismo Procedimental.....	21
2.2 Justificação e Explicação.....	24
2.2.1 Objetividade	24
2.2.2 Explicação	26
3 O PROJETO RETÓRICO EM ECONOMIA.....	30
3.1 A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica	30
3.1.1 Dois modelos de teoria e história	30
3.1.2 A Proposta de Arida	33
3.1.3 As Regras Retóricas.....	35
3.2 The Rhetorics of Economics.....	37
3.2.1 O Modernismo.....	37
3.2.3 Retórica.....	42
4 CONEXÕES	44
4.1 Arida e Bevir.....	45
4.2 McCloskey e Bevir.....	47
5 CONCLUSÃO.....	49
REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

Em 1983, dois trabalhos, um em âmbito internacional e outro nacional, propuseram uma revisão na maneira como os economistas julgavam fazer a sua própria ciência: *The rhetorics of economics*, de Deirdre McCloskey e *A história do pensamento econômico como teoria e retórica*, de Pérsio Arida. Apesar de diferentes objetivos, eles convergiram em sua abordagem; os economistas deveriam estar conscientes da dimensão retórica da ciência econômica. A partir destas contribuições iniciou-se um novo campo no debate metodológico em economia que dura até os dias atuais.

1.1 Tema e Problema

Enquanto McCloskey mostrou a incompatibilidade entre a prática científica e a consciência epistemológica dos economistas, Pérsio Arida apresentou a retórica na economia dentro de uma análise conceitual da história do pensamento econômico (HPE) e da teoria econômica (TE) (PRADO JR, 1996).

McCloskey critica a posição do *mainstream* econômico ao adotar uma metodologia *modernista*¹. Não somente em analogia a outras metodologias emergentes em outras ciências, mas como um ataque às metodologias em geral. McCloskey defende um diálogo consciente onde as partes possam entender porque concordam ou discordam. Neste ponto a retórica é o instrumento necessário para este auto-entendimento (MCCLOSKEY, 1983).

Arida também é partidário da necessidade deste auto-entendimento. Porém, propôs tal empresa defendendo o deslocamento da metodologia econômica rumo à retórica como uma exigência interna da ciência econômica, e não somente por analogia ao processo já em rumo em outras ciências sociais. Para mostrar este movimento, Arida reconhece não somente uma abordagem metodológica dominante na economia, mas duas vertentes. Arida critica estes dois modelos que tentam explicar o desenvolvimento do conhecimento em economia. Não é apenas uma nova metodologia da economia que surge deste esforço, mas também uma nova

¹ A definição de metodologia modernista será dada no capítulo 3.

concepção para o estatuto científico da HPE, afirmada concomitantemente como teoria e como disciplina da história das idéias (ARIDA, 1996).²

Neste ponto Arida é mais explícito que McCloskey. A recuperação dos argumentos que os economistas utilizam e dos debates travados se passam numa perspectiva histórica. O economista, o metodologista da economia e o historiador das idéias se confundem em uma única figura no esforço de compreensão dos argumentos utilizados na disciplina. McCloskey apenas discretamente aponta para a recuperação dos argumentos e debates do passado.

Compactuando com Arida, a história é um repositório de casos aplicados de retórica em controvérsias econômicas esperando para serem compreendidos pelos economistas. A história das idéias nos parece a disciplina mais adequada para se aproximar do problema de resgatar estes casos aplicados de retórica.

Contudo existe, na literatura sobre o objeto de estudo da história das idéias, um embaraço na definição do campo de atuação próprio a esta disciplina. Tanto é, que ao longo do tempo, esta área da história recebeu diversos nomes além do supracitado: história intelectual, história dos significados, história dos conceitos, dentre outros, usados em grande medida como sinônimos. Neste trabalho, a história das idéias será delimitada a certa tradição anglófona, que usualmente tem como ponto inaugural o trabalho de A. Lovejoy, *The Great Chain of Being*. (COLLINI, 1985; HOLLINGER, 1985; SKINNER, 1985), consolidada nos debates metodológicos da chamada Escola de Cambridge.

Uma obra de destaque recente dentro desta delimitação é *The Logic of the History of Ideas*³ de Mark Bevir. A obra propõe uma Lógica⁴, isto é, uma série de considerações normativas sobre o que é válido na investigação de um historiador das idéias. Estas diretrizes são justificadas a partir de uma investigação em diversas áreas do conhecimento filosófico (epistemologia,

² Os argumentos de Arida serão reconstruídos e analisados no capítulo 3.

³ Publicado em 1999, o livro repercutiu rapidamente e deu origem a edições temáticas em inúmeras revistas acadêmicas: *Rethinking history*, v. 4 (2000), p. 351-72; *History of European Ideas*, v. 28 (2002), p. 1-117; *Philosophical books*, v. 42 (2001), p. 64-86; *History of human sciences*, v. 15 (2002), p. 102-25; *History and theory*, v. 41 (2002), p. 198-217. Ver SILVA, 2009, p. 134-135. Existe uma versão traduzida BEVIR, Mark. **A lógica da história das idéias**. Bauru (SP): EDUSC, 2008. 413p.

⁴ Usaremos 'Lógica' para nos referir à construção teórica de Bevir e 'Lógica' para o livro *Lógica da História das Idéias*.

filosofia da ciência, filosofia da mente, filosofia da história, filosofia da linguagem) e científico (história, sociologia, ciência política, psicanálise) (SILVA, 2009).

A partir da referência teórica da obra de Bevir, tentaremos traçar ligações conceituais entre as concepções retóricas de Arida e McCloskey e uma abordagem intencionalista da história das idéias.

1.2 Objetivos

O foco principal deste trabalho é análise do entendimento retórico da economia.

1.2.1 Objetivo geral

Identificar as conexões conceituais entre a proposta de Pêrsio Arida e Deirdre McCloskey para a retórica como metodologia e a lógica de Mark Bevir para a história das idéias.

1.2.2 Objetivos específicos

- Descrever a abordagem intencionalista para a história das idéias;
- Analisar e interpretar o papel da retórica para Arida;
- Analisar e interpretar o papel da retórica para McCloskey;
- Identificar os pontos de conexão entre Arida e McCloskey;
- Identificar os conceitos de uma abordagem intencionalista da história dentro do projeto retórico em economia.

1.2.3 Justificativa

O estudo da retórica na economia já apresenta certa inserção dentro da comunidade acadêmica brasileira, como demonstram as coletâneas de REGO, 1996 e GALA; REGO, 2003. Entretanto, grande parte dos trabalhos reunidos não foi publicada em revistas especializadas, mas sim apresentados em congressos. Pensamos neste trabalho como uma contribuição à nascente escola de análise retórica na economia, nos termos em que FERNÁNDEZ e PESSALI colocam:

Falta para a retórica da economia justamente desenvolver esse caminho paciente, de construir uma escola com pesquisadores jovens, que se voltem a trabalhos menos

ambiciosos, mas sem dúvida essenciais. Não é viável na retórica da economia, e em nenhum campo da ciência em realidade, que existam mais pessoas querendo fazer as grandes sínteses do que construindo pouco a pouco a visão da escola (FERNÁNDEZ; PESSALI, p. 17).

1.3 Metodologia

A proposta de se estudar o projeto retórico em termos da Lógica da História das Idéias é em primeiro momento uma resposta ao critério de fecundidade (*fruitfulness*) estabelecida pela mesma.⁵ Diversos tópicos de pesquisa sociológica, política e filosófica podem fluir desta abordagem específica (BEVIR, 1999). Bevir acredita não somente numa Lógica da História das idéias, mas numa Lógica central para todas as humanidades:

Earlier I said that the Logic seeks to identify the nature of historical objects and the forms of explanation and justification appropriate to them. It thereby deals with a range of issues in the philosophy of history and social theory. Now, these issues - issues about agency, narrative, relativism, holism, interpretation, etc. - are issues that arise across the human sciences as a whole. So, my work covers the human sciences as a whole, including political theory (STOW, 2005, p. 201).

Dois motivos levam à escolha da Lógica da História das Idéias para realizar esta investigação. Em primeiro lugar, a análise de Arida, como veremos adiante, reserva um espaço específico para a história das idéias dentro de seu esquema conceitual. Em segundo lugar, a Lógica de Bevir “offers a philosophical analysis of the forms of reasoning appropriate to intellectual history.” (BEVIR, 2002a, p. 83). Desta forma todo exercício de história intelectual deve se submeter ao tipo apropriado de raciocínio da Lógica. Como este projeto pretende ser em parte um trabalho de história das idéias, o mesmo também seguirá estas considerações normativas.

Para alcançar os objetivos propostos, escolhemos dois processos investigativos.

I) *Reconstruir a teoria a partir dos diferentes tipos de argumentos.* Em toda a *Lógica*, Bevir utiliza-se de dois tipos de argumentos, o dedutivo e o indutivo, definidos como:

Deductive arguments draw out the implications of the general propositions or categories embodied in particular sets of concepts, and they usually do so using simple, clear examples. Typically they sustain sweeping theories about the nature of a discipline as a whole. Inductive arguments draw out the implications of the particular propositions or intuitions associated with particular sets of concepts, and they often have to do so using complex, far-fetched examples. Typically they sustain taxonomic analyses of the various different approaches that have a place in a discipline (BEVIR, 1999, p. 26).

⁵ Ver a seção sobre objetividade.

A partir de certas intuições, e posteriormente as generalizando (argumento indutivo), pode-se extrair todas as conseqüências lógicas destas generalizações (argumento dedutivo).

II) *Utilizar os critérios de objetividade do conhecimento derivados do holismo semântico.* Bevir nos oferece uma forma de justificação do conhecimento do historiador a partir de certos critérios: exatidão, abrangência, consistência, progressão, fecundidade e abertura. A utilização destes durante o trabalho nos permitirá alcançar uma justificação objetiva de nossa narração.

O processo II é uma própria recomendação da Lógica para o processo de resgate histórico dos significados. No próximo capítulo, ela será explicada em maiores detalhes, ao reconstruirmos o objeto e método dos historiadores das idéias.

A partir desta tipologia, no segundo capítulo descreveremos a abordagem de Bevir para a história das idéias. Em seguida, no capítulo três, abordaremos a proposta de Arida e McCloskey para a utilização da retórica dentro da ciência econômica. No quarto capítulo, analisaremos certos conceitos do esquema de Arida e McCloskey em termos da Lógica.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: HISTÓRIA DAS IDEIAS EM BEVIR

“Patterns of family life, debates in politics, religious observances, technological inventions, scientific beliefs, literature, and the arts - all of these things are aspects of human culture” (BEVIR, 1999, p. 1). Estes fenômenos culturais, para Bevir, contrastam com os processos físicos e biológicos, porque os primeiros possuem significados. Os estudiosos da cultura, então, estudam significados transmitidos pelos mais diferentes fenômenos existentes para a percepção humana. O historiador das idéias também estuda estes significados, porém, de uma perspectiva histórica. Um estudioso da cultura tem acesso aos fenômenos que possuem significados porque estes lhe são contemporâneos. Porém, um historiador das idéias (um estudioso da cultura em perspectiva histórica) precisa de alguma forma acessar estes fenômenos através do tempo.

Entretanto, a *Lógica* não é um estudo de um historiador das idéias. Ela é uma análise filosófica **sobre** a história das idéias:

It analyses the nature of meanings, conceived as the objects studied by historians of ideas, and it then considers what forms of explanation and justification are appropriate to meanings (BEVIR, 2002, p. 83).

A seguir, descreveremos (i) o objeto de estudo dos historiadores das idéias e (ii) a sua forma de explicação e justificação propostas por Bevir. Tal exame de segunda ordem sobre a disciplina é realizado dentro de uma perspectiva ‘auto-intitulada’, ‘pós-analítica’, ‘antifundacionalista’ e ‘intencionalista’, inspirada na filosofia de D. Davidson, W. Quine e L. Wittgenstein (SILVA, 2009).

2.1 A natureza do significado⁶

Os historiadores das idéias estudam fenômenos culturais, isto é, carregados de significados, que ocorrem em algum lugar do passado. Para acessar tais significados no tempo, é preciso consultar relíquias do passado. Estas permitem a reconstrução de objetos históricos; no caso desses historiadores, de significados históricos. Porém não há consenso entre historiadores no

⁶ Exceto os argumentos indutivos sobre a natureza dos significados, toda esta seção se baseia em BEVIR, 1999. A escolha por não expor os argumentos indutivos em sua formulação original deve-se i) ao fato de que uma tradução não captaria certas nuances de significados essenciais para o entendimento e ii) nos propor um exercício conceitual criando exemplos para a língua portuguesa.

que tange a natureza deste significado histórico e quais artefatos poderiam ser repositórios válidos de significado.

Bevir parte do senso comum de que o significado de uma proposição é a intenção do autor ao proferi-la. Intuitivamente, esta definição é representada por uma indagação sempre presente em conversas ordinárias: “o que você quis dizer com isso?”

When we wonder what people meant by what they told us, we normally want to know what ideas they hoped to convey to us by saying what they did. It is, therefore, a common-sense view that the meaning of a given utterance derives from the intentions of its author, although the exact nature of an intention remains to be determined. (BEVIR, 1999, p. 32)

Esta identificação do significado com a intenção autoral é a característica básica do intencionalismo.

Com os debates epistemológicos a partir da segunda metade do século XX, a repulsa a verdades empíricas dadas e ao individualismo atomístico contribuiu para um crescente descrédito para com o intencionalismo. Os críticos do intencionalismo enfatizam os aspectos sociais e lingüísticos que seriam um pano de fundo aos enunciados e proposições históricas.

Bevir identifica duas correntes principais que criticam esta perspectiva sobre a natureza do significado.⁷ De um lado os contextualistas, que compreendem o significado como resultado de contextos lingüísticos, e do outro, os convencionalistas, que compreendem o significado como resultado de convenções sociais.

Para Bevir, realmente não há verdades empíricas dadas. Porém rejeitar isto, não é rejeitar o intencionalismo. É necessário distinguir o individualismo atomístico do intencionalismo. Bevir concorda que os significados são influenciados por contextos sociais, contudo não podem ser reduzidos a estes. Neste caso, o intencionalismo somente deixa de ser válido se provarmos que a sociedade determina nossas crenças e a maneira que utilizamos a linguagem em ocasiões particulares. Ao rejeitar o individualismo atomístico, Bevir não aceita esta conclusão e, portanto, ainda pode persistir no intencionalismo. Este, por sua vez, aponta para a possibilidade de usar a linguagem criativamente mesmo com a influência de contextos sociais.

⁷ Para um escrutínio amplo das críticas ao intencionalismo, ver o capítulo 2 de BEVIR, 1999.

The starting point for a defense of intentionalism is, therefore, recognition of the fact that, no matter how much society influences what individuals say, we still cannot reduce what individuals say to facts about their social locations. (BEVIR, 1999, p. 34)

2.1.1 A defesa do intencionalismo

Antes de iniciar a defesa do intencionalismo, é necessário compreender três tipos de significados para Bevir. O significado semântico de uma proposição é aquele que diz respeito às suas condições de verdade, ou seja, sobre quais coisas são necessárias para que a proposição seja verdadeira ou falsa. O significado lingüístico de uma proposição é aquele que diz respeito às convenções necessárias ao seu entendimento, ou seja, sobre como uma palavra ou expressão naquele dado momento histórico é entendida pelos indivíduos. Por fim, o significado hermenêutico de uma proposição são os pontos de vista individuais expressos na proposição.

O significado semântico de “Estou com dor de dente” depende das condições para que este enunciado seja verdadeiro. É necessário que o indivíduo tenha um dente e que ele realmente esteja sentido dor. O significado lingüístico depende de que “dor” seja uma palavra para um sentimento desagradável e “dente” para a parte da boca que usamos para mastigar. Ou ainda a expressão “dor de dente” para referir-se a cárie dentária. Já o significado hermenêutico é aquilo que o indivíduo queria dizer ao enunciar tal proposição; avisar alguém que está com uma sensação desconfortável nos dentes, ou mesmo com cárie.

O contextualismo diverge do ponto central do intencionalismo na medida em que defende que o significado provém de certas estruturas sociais⁸. Um autor teria uma gama de significados disponíveis para enunciar de acordo com as formas usuais de pensamento, escrita e fala em dado momento histórico.

Bever identifica que todos os argumentos a favor do contextualismo se apóiam em argumentos semânticos. Duas vertentes do contextualismo são representadas em Foucault, ‘influenciado’ por Saussure, e Pocock, ‘influenciado’ por Kuhn e Quine. Os seguidores da primeira vertente

⁸ Ou de “things they describe variously as ‘epistemes’, ‘forms of discourse’, or ‘paradigms’” (BEVIR, 1999, p. 34).

argumentam que conceitos não têm um significado em si, mas adquirem significado na medida em que são distinguidos de outros conceitos. Os segundos concordam que o significado não reside no conceito em si, mas adquirem seus significados de teorias mais amplas. Em ambos os casos o significados são frutos de contextos lingüísticos. O significado semântico é reduzido ao significado lingüístico.

Porém não é o caso que se os significados semânticos provêm dos lingüísticos, os hermenêuticos também procederão, porque os significados hermenêuticos não dependem dos semânticos. Para Bevir pode-se aceitar as teses que dizem que os significados semânticos derivam dos lingüísticos. Entretanto também se pode negar o contextualismo ao mostrar que os significados hermenêuticos não provêm nem são dependentes dos significados semânticos.⁹

Os convencionalistas divergem dos intencionalistas em outro ponto. Eles argumentam que o significado hermenêutico deriva de um significado convencional. Um significado convencional é composto tanto de um significado quanto de uma força ilocucionária¹⁰ onde o significado é seu sentido e referência, e a força ilocucionária as convenções que determinam o que o autor estava fazendo.

O ponto é que os convencionalistas admitem o uso de enunciados particulares criativamente para expressar nossas intenções. Porém o modo como as expressamos depende de convenções. “Although we select words in accord with our intentions, the meanings of the words we select comes from established conventions, not our intentions” (BEVIR, 1999, p. 42). Neste caso todo o significado hermenêutico provém de significados lingüísticos.

Bevir indica que todos os argumentos de fundo lingüístico residem em último caso na filosofia da linguagem de Wittgenstein, mais precisamente no argumento da impossibilidade de uma linguagem privada.

⁹ Bevir utiliza um argumento indutivo para diferenciar os dois significados. As proposições “Dois é o número de cães que eu possuo” e “Eu possuo dois cães” apresentam o mesmo significado hermenêutico, porém significados semânticos diferentes. As condições de verdade da primeira dependem de um compromisso ontológico com os números, enquanto na segunda os números existem apenas como propriedades de objetos. (BEVIR, 1999)

¹⁰ A força ilocucionária, na terminologia de John Austin, se refere ao que o autor estava fazendo ao dizer. “É na dimensão ilocucionária de um proferimento que reside sua *força* enquanto ação, força que se identifica com a intenção do agente *ao* dizer algo em determinado contexto de convenções lingüísticas” (SILVA, 2010, p. 307).

Entretanto Bevir reafirma o caráter hermenêutico em contraste ao caráter lingüístico do significado¹¹. Ainda assim, os convencionalistas podem argumentar que as convenções lingüísticas são fronteiras para os significados hermenêuticos.

Thus, even if we agree that linguistic meanings derive from conventions, so that conventions are necessary for a language to exist, we can still insist that hermeneutic meanings derive from intentions, not conventions. No doubt because people usually want to be understood, they often express themselves in what they believe to be the conventional manner. No doubt, moreover, because people typically have a fairly accurate grasp of the conventions governing the languages they use, this means that we should expect hermeneutic meanings often to overlap with linguistic ones. None the less, because people sometimes misunderstand the conventional way of using certain words, or even use words in ways they know to be unconventional, we cannot assume that hermeneutic meanings will always overlap with linguistic ones. The relative autonomy of hermeneutics implies that no argument from linguistics by itself can sustain an account of the nature of hermeneutic meaning. (BEVIR, 1999, 47)

Ao fim, o convencionalismo não consegue distinguir entre os pré-requisitos para uma linguagem ser possível e os pré-requisitos para a comunicação ocorrer numa situação particular. Uma análise intencionalista do significado se preocupa apenas com o segundo caso. Se as linguagens são convenções, então são mutáveis. E é esta possibilidade de mudança que só o intencionalismo pode captar.

2.1.2 Individualismo Procedimental

A análise anterior nos mostrou que os significados hermenêuticos derivam de intenções. Porém Bevir se preocupa em mostrar porque apenas os significados hermenêuticos são de interesse dos historiadores. Neste caso, que apenas estes significados têm uma existência histórica. Tanto o significado lingüístico como o semântico serão demonstrados como abstrações do significado hermenêutico.

Entretanto para construir este argumento, Bevir nos aponta para outra direção. Ele vai tentar responder qual a natureza do significado que um enunciado deve ter para um leitor. Este significado não pode ser semântico nem lingüístico. Assim como para o autor de um enunciado, o significado é exclusivamente hermenêutico.

¹¹ Da mesma maneira que diferencia os significados hermenêuticos e semânticos, para diferenciar o primeiro do significado lingüístico Bevir se utiliza da indução. (BEVIR, 1999, p. 44-45)

Se um indivíduo A enuncia “Este jogo é legal”, um indivíduo B ao escutar, pode não conhecer o significado de legal como “de acordo com as leis”. Ele pode tomar a frase como “Este jogo é interessante”. O entendimento do indivíduo B não nos permite asseverar que o significado semântico ou lingüístico de “legal” seja “interessante”. Este significado aparece para o indivíduo B numa ocasião particular. Para Bevir: “It would appear that the meaning of an utterance to a reader is a hermeneutic meaning, not a semantic or linguistic one” (BEVIR, 1999, p. 53).

Ainda assim os significados para o autor e para o leitor possuem similaridades. Os indivíduos em ambos os casos dão significados particulares a sentenças, quando estas já possuem algum significado semântico ou lingüístico. Para Bevir a diferença reside no fato de que:

...whereas speakers intend to convey meaning, listeners merely happen to grasp meaning. Because this is the only difference, however, we can classify the meaning of an utterance to a reader as a form of hermeneutic meaning provided we adopt a weak form of intentionalism. We have to expand our concept of an intention from the idea of wanting to convey meaning to embrace also the idea of happening to grasp meaning. (BEVIR, 1999, p. 53)

Esta diferença é essencial para entender o intencionalismo de Bevir. Em geral, o conceito de intenção carrega algo de antecedente ao ato de enunciar. Desta maneira o intencionalismo apenas seria compatível com os autores. O intencionalismo fraco aponta para uma pequena diferença no conceito de intenção. A intenção é qualquer significado hermenêutico que o indivíduo tenha para com um enunciado.

Weak intentionalism implies only that hermeneutic meanings have no existence apart from individuals. Utterances have hermeneutic meanings only because individuals take them so to do. The important point here is that weak intentionalism makes any meaning an utterance has for any individual an intentional, hermeneutic one. The meaning of an utterance to any reader, as well as to its author, is a hermeneutic meaning, not a semantic or linguistic one. (BEVIR, 1999, p. 54)

O intencionalismo fraco aponta para o estudo de significados apenas para indivíduos. Este princípio Bevir chama de individualismo procedimental. Feita esta distinção essencial, podemos voltar ao questionamento do primeiro parágrafo sobre porque somente os significados hermenêuticos são de interesse ao historiador.

Bevir então volta aos seus argumentos indutivos sobre a natureza do significado para mostrar como os significados semânticos e lingüísticos são abstrações do significado hermenêutico.

Como Bevir já se posicionou contra a existência de verdades empíricas auto-evidentes (i.e., fatos independentes do observador), as condições de verdade do significado semântico precisam ser dadas, não pelo mundo real, mas por este abstraído por indivíduos. Desta maneira, os significados semânticos não podem existir fora dos indivíduos. Da mesma maneira, o significado lingüístico de uma palavra é dado convencionalmente. Estas convenções se referem àquilo que os indivíduos aceitam ou não como convenções. Também os significados lingüísticos não podem sobreviver fora de indivíduos.

Desta maneira:

All historical meanings are either meanings for individuals or abstractions derived from meanings for individuals. A principle of procedural individualism operates in the history of ideas such that historians need concern themselves only with the meanings utterances have for individuals. Thus, because we have adopted a weak form of intentionalism, we can conclude all historical meanings are intentional (BEVIR, 1999, p. 61).

Concluindo sobre a natureza do significado Bevir responde a questão: O que é um significado histórico? “A historical meaning is a hermeneutic meaning or an abstraction based on a number of hermeneutic meanings, where a hermeneutic meaning is an individual viewpoint” (BEVIR, 1999, p. 77).

O que é um ponto de vista individual? Para Bevir, um ponto de vista de um autor é constituído de crenças. Os indivíduos esperam que estas crenças sejam expressas corretamente quando estes enunciam uma proposição. Desta forma, os significados hermenêuticos provêm diretamente dos pensamentos do indivíduo.

...hermeneutic meanings must be related to thoughts because if authors assigned to utterances meanings that were not thoughts, they would assign to utterances meanings they might not have cognitive access to, which would be ridiculous. Individual viewpoints must consist, therefore, of thoughts or beliefs (BEVIR 1999, p. 129).

Ao invés de perguntar sobre a natureza filosófica e psicológica de uma crença, Bevir tenta deduzir certas prioridades lógicas que as crenças devem ter. Ao ser analisada, toda crença tem três características inatas. Elas são sinceras, conscientes e racionais¹². Um historiador das idéias deve sempre tratar em primeira instância as crenças que ele se depara como sinceras,

¹² Os argumentos para este ponto são longos e complexos, fugindo do escopo deste trabalho. Para um tratamento geral ver BEVIR, 1999, p. 141-171.

conscientes e racionais. Mesmo que elas sejam crenças insinceras, inconscientes ou irracionais, ele deve explicá-las se referindo a crenças anteriores que são racionais, conscientes e sinceras.

2.2 Justificação e Explicação

2.2.1 Objetividade

Depois de descobrirmos qual é o objeto a ser reconstruído pelo historiador, partimos para a tarefa de reconstruí-lo ao lado de outros objetos também históricos. A nova questão a ser respondida é: como decidir qual reconstrução é a melhor dentre as várias que os historiadores propõem?

Bevir critica duas concepções utilizadas para reconstruir os objetos históricos: a existência de uma lógica da descoberta, isto é, a utilização de um método como condição necessária; e a existência de uma lógica da refutação ou vindicação, isto é, a utilização de um teste verificacionista ou falsificacionista em relação aos fatos.

Diversos historiadores asseguram um método que lhes permite reconstruir os objetos históricos com plena segurança e certeza, isto é, afirmam que existe uma lógica da descoberta, e que evidentemente, a sua é a correta. Bevir vai radicalmente contra isso. Nenhum conhecimento ou método é previamente necessário para entender corretamente um enunciado.

Para provar este ponto Bevir usa a distinção de Donald Davidson entre teorias prévias e teorias de passagem. A primeira consiste no conhecimento que o indivíduo tem antes de se aproximar para compreender um enunciado. A segunda é o que ele passa a compreender.

Prior theories differ from passing theories because in reaching conclusions we characteristically go beyond the evidence before us; indeed, if we did not do so, the conclusion would be a mere restatement of the evidence, and not a conclusion at all (BEVIR, 1999, p. 83).

O ponto de Bevir é que podemos chegar a qualquer teoria de passagem independente de uma teoria prévia. O uso de trocadilhos na linguagem ilustra esse ponto. Muitos indivíduos têm uma teoria prévia de que o sentido da frase é o sentido literal da frase. Porém, alguns indivíduos desenvolverão uma teoria de passagem para o sentido do trocadilho. Nenhuma

evidência prova conclusivamente o sentido do trocadilho. Inclusive, é este fato que nos faz pensar que nem todos os indivíduos conseguem passar do sentido literal de uma frase para o sentido do trocadilho. Poderíamos argumentar que os indivíduos que entenderam o trocadilho já têm uma teoria de que o sentido da frase é sempre o sentido do trocadilho. Porém, temos que garantir que algumas pessoas têm que entender o sentido literal da frase, pois se não é o caso, teríamos que postular sobre as condições necessárias sobre a teoria prévia e o entendimento do trocadilho, o que para Bevir é algo impossível:

Different people react differently to the same utterance, and we cannot explain why. Moreover, because we do not know why people understand an utterance in the way they do, we cannot guarantee that a particular prior theory will lead to a particular understanding (BEVIR, 1999, p. 84).

Desta forma Bevir repudia o papel do método para uma lógica da descoberta. Entretanto, o método ainda pode ter utilidade como um instrumento heurístico importante:

The proper contribution of method is neither to legislate to historians, nor to decide between good and bad history. It is rather to draw the attention of historians to sources of evidence and fruitful ways of thinking about the past (BEVIR, 1999, p. 87).

Depois de refutar uma lógica da descoberta, Bevir se preocupa com a existência de uma lógica da vindicação ou refutação. Enquanto uma lógica da descoberta mostra como alcançar a verdade, uma lógica da vindicação mostra se uma teoria é verdadeira ou não e uma lógica da refutação mostra se uma teoria é falsa ou não.

Estas duas lógicas têm em comum a emergência do conhecimento objetivo diante dos fatos. Para defender estas abordagens, é preciso se comprometer com a existência de experiências puras. Entretanto elas não existem. Toda experiência passa por um crivo teórico:

A sensation can become the object of a perception only when our intelligence identifies it as a particular sensation both distinct from and in relation to other sensations. We can become aware of a sensation only when we attend to it, and when we attend to it, we necessarily use abstract categories to identify it as a particular sort of sensation (BEVIR, 1999, 90).

Além disto, Bevir advoga o holismo semântico, isto é, que o conteúdo semântico de uma proposição sempre depende de outras. Só podemos analisar a verdade ou falsidade de certo conjunto de proposições em relação a outras. Estas posições impedem a existência de qualquer teste verificacionista ou falsificacionista para uma teoria.

Se não podemos utilizar um método, nem apelar à experiência, como justificar uma teoria objetivamente? Para Bevir uma teoria objetiva é uma que se sobressai em comparação às suas rivais. A objetividade é uma prática humana de comparação. “Objectivity depends on our making reasonable comparisons between rival theories, where comparison is a human activity” (BEVIR, 1999, p. 97). A essa visão, Bevir chama epistemologia antropocêntrica.

Esta crítica e comparação se dão em cima de fatos consensuais existentes nas teorias rivais. Os fatos, por sua vez, são evidências que quase todos numa dada comunidade aceitariam como verdade. As teorias só podem ser comparadas porque sempre existe ao menos alguma concordância básica, que é o que faz o debate valer a pena.

Este debate é guiado por certas regras que são normativas. Estas regras estão divididas em dois grupos. O primeiro se refere às características sincrônicas da teoria: exatidão, abrangência e consistência. Uma teoria precisa se ajustar bem aos fatos, cobrir o máximo de fatos possíveis, e ser inteligível e coerente. O segundo grupo se refere às características diacrônicas da teoria: progressão, fecundidade e abertura. Uma teoria precisa ser propositiva em relação aos seus programas de pesquisa, mostrar respostas concretas às questões levantadas pelo seu programa de pesquisa, e apresentar sua teoria de forma a facilitar a crítica. Esses critérios garantem que a competição entre as teorias nos leve a cada vez melhor compreender os fenômenos:

We make better and better sense of the world through a continuous process of dialectical competition between rival webs of theories which themselves are being constantly modified and extended (BEVIR, 1999, p. 103).

2.2.2 Explicação

Um historiador das idéias depois de construir objetivamente as crenças de um indivíduo deve explicar o porquê de ele ter estas determinadas crenças, isto é, o historiador deve apresentar uma explicação para o significado que foi reconstruído. Esta explicação deve ser feita a partir de dois conceitos centrais, tradições e dilemas:

Historians should explain a belief by showing how it fits into a larger web of beliefs, not by examining it in isolation. Explanations of belief should refer to intellectual traditions. Historians should explain beliefs by showing how they represent responses to a clash between perceived facts and established convictions. Explanations of belief should refer to dilemmas (BEVIR, 1999, p. 177).

Para Bevir, uma tradição é “a set of understandings someone acquires as an initial web of beliefs during a process of socialisation. (BEVIR, 1999, p. 200). É a tradição que serve de parâmetro inicial de crenças de um indivíduo. A tradição é uma condição necessária para todo indivíduo:

Nobody could conceivably escape the hold of tradition, neither someone from the past nor someone in the future. All people at all times set out from an inherited set of shared understandings they acquired during a process of socialization. We necessarily acquire a way of seeing the world along with the values, concerns, and assumptions others impart to us (BEVIR, 1999, p.201).

Entretanto, à medida que o indivíduo é exposto a experiências, este é impelido a formar novas crenças. Apesar das tradições serem pontos de partida, elas não determinam ou limitam até onde um indivíduo pode desenvolver suas crenças. A tradição é sempre passível de extensão, modificação ou rejeição. É possível que certa tradição possa manter um núcleo de idéias centrais, mas também é possível que ela se modifique tanto que todas as suas idéias venham a ser modificadas. O cristianismo é um exemplo de tradição perpassada por tantas gerações, que certas modificações deste já são quase desprovidas de suas crenças originárias, tal como a corrente Mórmon.

Já que o indivíduo tem um papel ativo de mudança dentro de uma tradição, um historiador não pode conceituar uma tradição somente como certo núcleos de crenças. O historiador deve fazer referência às tradições em termos de mestres e pupilos, isto é, de gerações que iniciam outras gerações em certas tradições intelectuais, formando uma cadeia de transmissão. Tratando conceitualmente a tradição desta forma, a maneira adequada de trabalho com estas implica, por meio do individualismo procedimental, que as tradições só existem através de crenças individuais. Assim, nenhuma tradição pode determinar as crenças em última instância: “we can identify the beliefs that make up a tradition only by reference to the shared understandings and temporal links that allow us to associate its exponents with one another. Pupils learn what they do from individual teachers, not a social tradition” (BEVIR, 1999, p. 203). A tradição não só é ligada temporalmente, mas também conceitualmente. As crenças transmitidas também devem formar um conjunto coerente.

Diante das características das tradições, os historiadores podem atribuir a um indivíduo tradições diversas para diferentes finalidades. A tradição é um recorte de crenças feito por um historiador. Estes, “select one tradition from among the many in which they could locate an

individual because it best explains the particular beliefs they are studying” (BEVIR, 1999, p. 210). Mais de uma tradição pode ser atribuída ao mesmo tempo para indivíduos, desta forma não há possibilidade de associar certas redes de crenças a certas culturas ou contextos.

As tradições fornecem uma explicação sincrônica das redes de crenças, isto é, como elas se relacionam entres os indivíduos num mesmo contexto temporal. Elas fornecem o pano de fundo com o qual o individuo dialogará e, conseqüentemente, modificará sua rede de crenças. Mas como explicar a mudança? Para tal devemos partir de uma perspectiva sincrônica para uma diacrônica, isto é, de como as redes de crenças se relacionam através do tempo. A explicação diacrônica da rede de crenças é desenvolvida a partir do conceito de dilema. Um dilema é uma crença nova que coloca em questão a rede de crenças do indivíduo. Esta crença pode ser tanto factual ou teórica, o importante é que ela questione a atual rede de crenças. A nova rede de crenças é “product of a series of modifications made to an inherited tradition in response to a series of dilemmas” (BEVIR, 1999, p. 222).

Os dilemas são como crenças em estado de prontidão, que necessariamente fazem a atual rede de crenças reagir. “When we react to a dilemma, we do so by drawing on themes already present in our beliefs, and this means that these themes necessarily influence the way in which our beliefs change” (BEVIR, 1999, p. 235).

Os dilemas forçam os indivíduos a reverem suas tradições. O principal ponto para Bevir é que o indivíduo vai responder criativamente aos questionamentos dos dilemas. É impossível prever qual resposta será dada a qual dilema. Não existe nenhum tipo de limitação para as mudanças, nem mesmo as tradições.

Para poder explicar um dilema, o historiador das idéias deve considerá-lo como qualquer outra crença, já que um dilema é simplesmente uma crença que se torna verdadeira para um indivíduo. Desta forma, “Historians must explain the appearance of a dilemma by reference to the process of reflection which people made sense of their experiences” (BEVIR, 1999, p. 234). Todo o processo de explicação pode então ser resumido como:

Uma rede de crenças consiste de várias crenças ligadas condicionalmente entre si por temas adequados. Uma tradição consiste de várias redes de crenças ligadas entre si não apenas temporalmente, mas também conceitualmente: cada rede de crenças numa tradição colhe temas encontrados em suas predecessoras imediatas,

antes, talvez, de passar a modificar esses temas e transferi-los para uma rede mais nova (BEVIR, 2008, p. 328).

Um dilema consiste numa nova crença que questiona uma rede anterior e liga-se condicionalmente tanto a rede antiga quanto a nova que ela inspira: as pessoas acham a nova crença abalizada, em parte, porque se estriba em temas significativos da rede anterior de crenças e resolvem dilemas, em parte, recorrendo a temas de crença nova. Explicações racionais na história das ideias funcionam, portanto, revelando conexões condicionais entre crenças tais quais aparecem em redes, tradições e dilemas. (BEVIR, 2008, p. 328).

Neste capítulo, mostramos como os historiadores podem objetivamente reconstruir significados históricos a partir de relíquias do passado, isto é, artefatos que carregam algum tipo de significado. No próximo capítulo veremos quais artefatos especificamente nos interessam: textos que suscitam controvérsias econômicas. Ao fim, poderemos analisar estes em termos do que foi exposto até aqui.

3 O PROJETO RETÓRICO EM ECONOMIA

3.1 A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica

Em Arida, o estudo da retórica na economia surge como um instrumento de análise às práticas científicas da disciplina, vindo a ser utilizado na formulação da própria teoria. É o estudo da retórica que provê um papel dentro da teoria econômica para a HPE, fazendo a última necessária à formação do economista. Para chegar a tal conclusão, Arida investiga a relação entre teoria econômica e HPE:

Nessa ótica, o foco principal do artigo de Arida é a ciência econômica em sua relação com a história do pensamento econômico, razão pela qual nele se encontram imbricadas questões metodológicas e hermenêuticas. (PRADO, 2003, p. 79)

A relação entre a ciência econômica e a HPE é investigada a partir de duas formas ordinárias nas quais os economistas a compreendem.

3.1.1 Dois modelos de teoria e história

Arida identifica duas formas distintas nas quais os economistas vêem a ciência econômica. Estes modelos são nomeados de *hard science* e *soft science*.¹³ Cada uma destas formas trata de maneira distinta a relação entre a TE e a HPE.

O modelo *hard science* é caracterizado pela total exclusão da história do pensamento na formação teórica do estudante. Todo o esforço didático dentro deste modelo procura familiarizar o aspirante imediatamente com a teoria recente. Este tipo de formação supõe a existência de uma **fronteira do conhecimento**, admitindo que o estágio atual da teoria resulta da acumulação de todo o progresso através do tempo. Do ponto de vista da HPE, a fronteira do conhecimento torna esta uma história de erros e antecipações em relação ao atual estado da TE. Além disso, à medida que a TE se modifica, a HPE precisa ser reescrita à luz destas modificações.

¹³ Na primeira versão de seu artigo, Arida nomeia o modelo *hard science* de modelo americano e o modelo *soft science* de europeu (ARIDA, 1983).

A existência de uma fronteira do conhecimento, que nos é familiar das ciências exatas, depende de duas propriedades: (i) a fronteira resume a verdade do passado da disciplina e (ii) esta verdade, incorporada à teoria, independe da formulação original.

A crítica de Arida é substancial em cima do primeiro postulado. Para ele, a evolução da ciência econômica se dá através de controvérsias. Conforme (i), todas elas se resolvem positivamente. A resolução positiva de uma controvérsia, para Arida, consiste em um disputa intelectual que chega a um fim, em que os participantes reconhecem o término da contenda, e que como produto, apresenta a verdade. Esta caracterização da superação positiva garante que o conhecimento progrida, sem divergências, em direção à verdade.

Entretanto, uma análise da HPE mostra, sem esforço, uma grande quantidade de controvérsias não superadas positivamente.¹⁴ O apontamento de um único contra-exemplo já garante a falsidade da superação positiva. Como consequência, a noção de fronteira do conhecimento também se mostra falsa, e por fim todo o modelo *hard science*. Em um estudo de caso, Arida mostra que a contrapartida do modelo *hard* por excelência na economia, o programa neoclássico, não obteve sucesso e consolidação a partir de um modelo de superação positiva (ARIDA, 1996, p. 22-27).

O modelo *soft science* é caracterizado por dois princípios. O princípio de **reconciliação problemática** afirma que diferentes matrizes¹⁵ da TE não podem ser sintetizadas, nem contrapostas, já que são visões de mundo únicas, que recortam diferentes fenômenos do mundo real. Desta forma um estudante deve conhecer todas as diferentes matrizes básicas da TE. O princípio da **não-tradução do vigor original** afirma que todo comentário ou exposição de uma matriz de forma secundária não envolve a total compreensão da matriz. O estudante deve ler os originais para obter uma completa compreensão. Levados a cabo, estes princípios obrigam o estudioso de economia a se familiarizar com os clássicos de cada escola de pensamento. No modelo *soft*, o avanço da teoria é uma “reflexão empreendida diretamente a partir da história do pensamento” (ARIDA, 1996, p. 18), já que:

¹⁴ Arida utiliza como exemplos a controvérsia de Cambridge, o debate Ricardo-Malthus, a controvérsia entre Bohm-Bawerck/Hilferding, além da alternância de consenso na macroeconomia entre clássicos e keynesianos.

¹⁵ Arida não utiliza uma terminologia única para se referir ao que habitualmente chamam-se escolas de pensamento. Para esta nomenclatura são recorrentes o uso dos termos “matriz” e “programa”.

...se é verdade que os clássicos do pensamento estão no passado, entendidos como obras de indivíduos mortos, é também verdade que eles coabitam o presente, constituindo-se fonte permanente de reflexão e problematização da realidade atual (ARIDA, 1996, p. 18).

Se a superação positiva não teve sucesso a partir do modelo *hard science*, existe possibilidade de avanços científicos não estarem incorporados no atual estado da ciência moderna. Retornar aos clássicos, segundo Arida, é recuperar certas verdades esquecidas. No entanto, este resgate é condicional: quanto menor o grau de satisfação com a teoria moderna, maior o olhar em direção ao passado. “A inadequação do modelo da superação positiva conferiria à história do pensamento um interesse estritamente teórico. No modelo *soft science*, seu estudo não se distingue do estudo da própria teoria.. (ARIDA, 2003, p. 27)

A junção do estudo da HPE com o a teoria econômica é problemática. Levado ao extremo, do ponto de vista da teoria, o modo de resolução de controvérsias no modelo *soft science* passa a ser de superação negativa. Todo o acúmulo de teoria até hoje é o acúmulo do erro. Neste ponto, Arida dispensa qualquer argumentação: é evidente que o atual estado da teoria não é inútil.

Se o adepto do modelo *hard science* fia-se na noção de fronteira do conhecimento por mero desconhecimento da disciplina, não é menor a ignorância do adepto do modelo *soft science* ao fiar-se na presunção de que o estudo atual da teoria é inútil ou equivocado. (ARIDA, 2003, p. 27)

Os problemas também surgem do ponto de vista da história do pensamento. No modelo *soft*, a HPE passa a ser utilizada como heurística, servindo os teóricos com valiosos *insights*. Esta utilização não é condenada por Arida. A condenação vem quando se pensa a HPE numa historiografia da evolução do pensamento. O uso puramente heurístico incorre no erro da autonomia do texto frente a seu contexto, debilitando o caráter historiográfico da HPE.

Pois para aquele que se volta ao passado no intuito de resgatar ideias e intuições úteis ou profundas do ponto de vista da teoria, a história do pensamento reduz-se a uma série de textos sincrônicos e despersonalizados. Pouco lhe importa o contexto de criação e formulação de determinada ideia, tampouco seu criador, mas tão somente sua serventia como base ou aprofundamento de algum aspecto da teoria econômica. (ARIDA, 2003, p.28)

A *Teoria Geral* de Keynes é tomada como exemplo. O capítulo 6 e o apêndice sobre o *user cost* são de difícil compreensão para os leitores modernos se deixados os contextos de lado. Eles referiam-se a problemas nas medidas de agregação a na teoria dos números-índices que

já são quase consensuais hoje em dia. O capítulo 17 sobre taxa de juros é uma tomada de partido no debate Sraffa-Hayek, sobre o papel da moeda em afetar preços relativos.

Dentre outros exemplos, Arida afirma a natureza de história das idéias da HPE:

Enquanto história das ideias, os problemas da história do pensamento econômico não se distinguem qualitativamente dos problemas gerais de toda história das ideias, expostos de forma lapidar por Skinner no seu clássico e justamente famoso artigo de 1969¹⁶ (ARIDA, 1996, p. 34).

3.1.2 A Proposta de Arida

A seção II do artigo de Arida refere-se à descrição dos modelos *hard* e *soft*, exclusivamente. Porém nem toda a descrição dos modelos está nestas seções. Ao longo de todo o texto são expostas, de forma breve, características contrastando os dois modelos em relação a um contexto. A transcrição de todas estas inserções no texto nos informa com maior precisão a visão de Arida sobre os dois modelos (Quadro 1).

Após a caracterização e crítica dos modelos *hard* e *soft*, Arida constrói a sua interpretação da história do pensamento e da ciência econômica como colocam PRADO e PRADO JR:

Nenhum dos dois modelos é satisfatório para Arida, pois num caso se despreza a história e no outro se despreza a teoria como tal. Por isso, encara como sua tarefa bem caracterizá-los com o objetivo de submetê-los a uma crítica que abra caminho para uma melhor compreensão do processo de desenvolvimento da teoria econômica. (PRADO, 2003, p. 4)

Arida faz um balanço das vantagens e desvantagens dos modelos da *hard* e da *soft science* para a economia e [...] aponta discretamente para a necessidade de inventar uma terceira via., (PRADO JR, 1996, p.8)

Para Arida, a HPE no modelo *soft* confunde-se com a TE. O estudo das duas é indissociável, deturpando a última e des-historizando a primeira. Desta maneira, a HPE é “empobrecida de sua verdadeira dimensão de história das ideias”. A HPE no modelo *hard* é totalmente dispensada pela TE. O estudo da HPE é história das ideias (uma história de erros e antecipações ao atual estado da TE), porém uma história intelectual “inútil do ponto de vista da teoria”

¹⁶ Refere-se a SKINNER, 1969.

Quadro 1 . Os modelos hard e soft em contraste

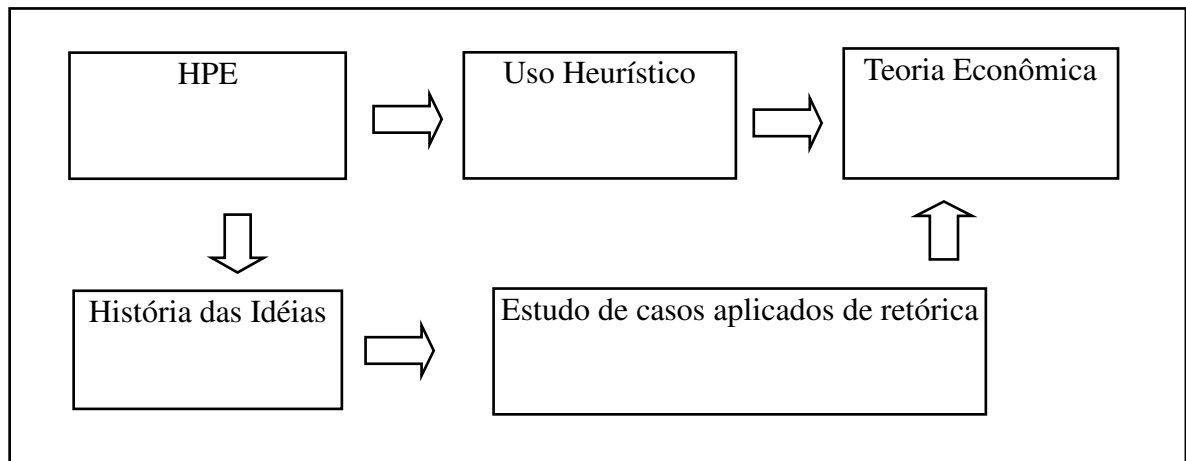
Página	Contexto	Hard	Soft
13	Apresentação inicial dos modelos.	“...o estudante ignora a história do pensamento. As listas de leituras não contém textos escritos há mais do que cinco ou seis anos atrás. O estudante deve familiarizar-se de imediato com o estágio atual da teoria.”	“... o estudante deve basicamente dominar os clássicos do passado, mesmo que em prejuízo de sua familiaridade com os desdobramentos mais recentes da teoria.”
14	Concepção sobre a evolução da teoria.	“Subjacente ao modelo <i>hard science</i> está a idéia da fronteira do conhecimento; o estudante não precisaria perder tempo com os clássicos do passado porque todas as suas eventuais contribuições já estariam incorporadas ao estado atual da teoria.”	“Subjacente ao modelo <i>soft science</i> está a idéia de um conhecimento disperso historicamente; o estudante deveria dedicar-se aos clássicos do passado porque precisaria retilhar por conta própria as matrizes fundamentais da teoria.”
14	Estatuto da HPE.	“...a história do pensamento é definitivamente história das idéias; à parte um elemento irreprimível de curiosidade sobre o passado, poderia perfeitamente ser desvincilhada por inteiro da teoria econômica.”	“...a história do pensamento confunde-se com a teoria, o estudo da última sendo indissociável à familiarização com a primeira.”
14	Fundamentação das críticas.	“...afirmamos que a noção de fronteira do conhecimento falsifica a história do pensamento como história intelectual.”	“...afirmamos que a fusão entre história e teoria é sempre imperfeita, acarretando distorções graves tanto a uma quanto a outra.”
18	Dispersão do conhecimento teórico no tempo.	“...o conhecimento relevante condensa-se nos textos dos últimos cinco anos...”	“...[o conhecimento relevante] espalha-se nos textos dos últimos duzentos anos.”
18	Caráter acumulativo do saber da HPE.	“...este saber cumpre um papel apenas ilustrativo: a máxima sapiência sobre o passado jamais substitui o trabalho analítico efetuado a partir da fronteira do conhecimento.”	“...o caráter acumulativo do saber vale tanto para a história quanto para a teoria.”
28	Justificativa do estudante nos erros metodológicos.	“...fia-se na noção de fronteira do conhecimento por mera ignorância da complexidade e não-linearidade da história da sua própria disciplina.”	“...fia-se na presunção de que o estudo atual da teoria é um saber inútil ou equivocado simplesmente porque seu conhecimento e exposição à sofisticação atual é superficial demais para fazê-lo tomar ciência de seu erro.”
28	Estatuto da HPE.	“...a história das idéias tem interesse exclusivamente acadêmico.”	“...passa a ter um interesse prático, inspirando a teoria econômica e as prescrições de política.”
29	Sistema de referência da HPE.	“...o estado atual da ciência.”	“...o momento vigente.” “Já que [...] julga-se o estado atual da ciência como um deplorável acúmulo de erros e falsidades, busca-se na história a resposta para as preocupações atuais...”
45	Pontos a serem superados pela proposta.	“...história intelectual inútil do ponto de vista da teoria...”	“...história do pensamento econômico empobrecida de sua verdadeira dimensão de história das idéias.”

(Elaboração própria a partir de ARIDA, 1996)

O elogio de Arida ao modelo *soft* é o papel heurístico que confere à HPE para o estudioso. Já o elogio ao modelo *hard* é a afirmação, em parte, da natureza histórica da HPE. Mantendo estas duas características, ainda assim o estudo da HPE é dispensável ao economista, podendo recorrer ou não a esta em busca de inspiração.

A proposta de Arida é que o estudo de casos aplicados de retórica, a partir da história das ideias, pode contribuir de forma genuína ao desenvolvimento da TE. “O interesse da história do pensamento como história das idéias reside precisamente no seu poder de clarificar a consciência da comunidade sobre seus procedimentos de decisão” (ARIDA, 2003, p. 42).

Figura 1 - Relação entre HPE e Teoria Econômica para Arida



Fonte: Elaboração própria a partir de ARIDA, 1996.

Mas porque estudar casos aplicados de retórica na ciência? Porque para Arida a epistemologia falsificacionista em economia nunca funcionou.

Nenhuma controvérsia importante na teoria econômica foi resolvida através de mensuração empírica. Independentemente do rigor do teste ou do esmero no levantamento de dados, a empiria nunca dirimiu questões substantivas, exceto aquelas cuja formulação foi feita de forma diretamente econométrica. (ARIDA, 2003, p. 33)

Arida nos oferece exemplos de onde fortes evidências empíricas não subjugarão o outro lado de uma disputa. Uma delas é a da crise de 1929, que de forma alguma prova a matriz keynesiana para os novos clássicos. Entretanto Arida não desmerece a empiria. Os testes empíricos servem para reafirmar as teorias.

Disto não decorre que o teste empírico não tenha importância; pelo contrário, as partes envolvidas tratam de invocar traços do real que tornem suas posições mais robustas do que as rivais. A sofisticação *ad infinitum* dos testes faz parte do processo de angariar consenso, mas não é através dela que as controvérsias se resolvem. (ARIDA, 2003, p. 34)

Em último caso não é o apelo à empiria que pode resolver as controvérsias econômicas, mas sim ao poder de convencimento da teoria. “Controvérsias se resolvem retoricamente; ganha quem tem maior poder de convencer, quem torna suas idéias mais plausíveis, quem é capaz de formar consenso em torno de si” (ARIDA, 2003, p. 34).

3.1.3 As Regras Retóricas

Arida reconhece que tornar a retórica e a persuasão como último juiz da cientificidade para a economia traz dificuldades. Como julgar as teorias somente através da capacidade de convencimento? Para resolver este problema, os limites da retórica tem que estar sujeitos a certos critérios. Estes critérios, ou regras de retórica, seriam consensualmente aceitos pela comunidade científica. A primeira hipótese de Arida é que existe, de fato, um núcleo mínimo de critérios retóricos que são amplamente aceitos e que garantem as “condições mínimas de cientificidade ao saber econômico”. Entretanto, as regras retóricas em geral estão sujeitas a condições históricas da própria comunidade de cientistas. Um artigo comum de teoria econômica publicado nos anos 20 no *Economic Journal* apresenta estruturas e apelo à certas regras diferentes de um publicado no *Journal of Economic Theory* durante os anos 70. Para acomodar os desvios da história, uma segunda hipótese é aquela em que a historicidade destas regras não é suficiente para mudar radicalmente o seu núcleo duro. São 8 regras que constam num levantamento preliminar:

1. Simplicidade: Explicações simples convencem melhor que explicações complexas. Aqui Arida parece invocar a Navalha de Occam¹⁷.
2. Coerência: As teorias que fazem usos de hipóteses *ad hoc* são menos convincentes. Os programas de pesquisa que enfatizam a coerência interna de seus membros são mais convincentes. Arida exemplifica a escola marxista:

¹⁷ *Numquam ponenda est pluralitas sine necessitate* (A pluralidade nunca deve ser colocada sem necessidade)

Em princípio, uma hipótese é uma proposição que não deriva do exame das propriedades do capital como valor capaz de autovalorizar-se; mas como tais propriedades são objetos de disputa, o requisito de coerência fica enfraquecido. (ARIDA, 2003, p. 36)

3. **Abrangência:** Quanto mais evidência empírica uma teoria consegue explicar, mais ela ganha poder de convencimento. É importante ressaltar que esta regra não é tão crucial quanto parece, pois o conceito de explicação é variável de teoria para teoria e a evidência é em si uma aplicação da própria teoria. Para Arida esta regra se refere mais aos “paradoxos e demais formas de evidência ainda não devidamente explicados”.

4. **Generalidade:** A teoria que se apresenta como um caso geral de outra tem maior poder de convencimento. O caso mais emblemático é a Teoria Geral de Keynes, onde logo nas primeiras páginas ele demonstra ser a sua teoria mais geral que uma teoria clássica.

5. **Redução de metáforas:** Esta regra mostra o quanto os economistas não estão conscientes da dimensão retórica de seu discurso científico. Para Arida,

Todo argumento retórico é irremediavelmente metafórico; a metáfora é um instrumento do pensamento e não um recurso de exposição; disso sabem todos os teóricos da retórica, de Aristóteles a Perelman (ARIDA, 2003, p. 39).

Porém, a desconfiança das metáforas como simples recursos de exposição levam os economistas a confiarem mais em teorias que apresentem o menor número de metáforas.

6. **Formalização:** Quantos mais argumentos passíveis de formalização, mais a teoria terá poder de convencimento.

7. **Reinventar a tradição:** Esta regra permite advogar uma teoria como a continuadora de uma tradição e seus oponentes como desvios prejudiciais ao progresso científico.

8. **Ignorar interesses práticos:** Nenhum tipo de interesse pode ser utilizado para atacar ou defender uma teoria. Um interlocutor não pode ser acusado de agir em nome de interesses. O uso deste artifício não garante mais poder de convencimento. Isto não significa que as teorias não sejam mobilizadas de fato em nome de interesses.

Ao terminar de enunciar estas regras Arida faz duas considerações:

I) Reconhece que possam existir outras regras pertencentes a este núcleo e que seu trabalho não tem intenção de ser completo;

II) As regras apresentadas tem um caráter tanto retórico quando hermenêutico de forma indissociável, “pois a arte de convencer não se distingue da arte de interpretar” (ARIDA, 2003, p. 41).

3.2 The Rhetorics of Economics

O estudo da retórica na economia surge para McCloskey como uma alternativa metodológica para a metodologia oficial. Escrevendo de dentro da ortodoxia norte-americana, McCloskey só consegue ver a metodologia neoclássica, baseada no empirismo lógico, como discurso oficial.

A crítica de McCloskey tem dois pontos: o primeiro é mostrar que os economistas de fato não seguem a metodologia que eles mesmos se propõem. Formada em Chicago, no auge do empirismo lógico, ela passeia com desenvoltura citando exemplos de seus colegas de profissão. Deste primeiro ponto, McCloskey infere que se não há aderência a uma metodologia oficial de fato, então os economistas têm outra prática metodológica. Esta, por sua vez, é retórica. O segundo argumento de McCloskey é contra a possibilidade real de seguir a metodologia oficial. Mesmo se os economistas tivessem consciência e disposição de segui-la, a ciência econômica estaria fadada ao imobilismo.

3.2.1 O Modernismo

A metodologia oficial dos economistas é o que McCloskey chama de modernismo.

The credo of Scientific Method, known mockingly among its many critics as the Received View, is an amalgam of logical positivism, behaviorism, operationalism, and the hypothetic-deductive model of science. Its leading idea is that all sure knowledge is modeled on the early 20th century's understanding of certain pieces of 19th century physics. To emphasize its pervasiveness in modern thinking well beyond scholarship it is best labeled simply "modernism" (MCCLOSKEY, 1983, p. 484).

Porém este é definido não só em termos conceituais, mas também indutivamente, mostrando certas regras que os economistas adotam e certas práticas bem vistas aos olhos da comunidade científica. São elas:

Quadro 2 - 11 regras do modernismo

1	A previsão e o controle são os objetivos da ciência.
2	Somente as implicações observáveis (ou previsões) de uma teoria importam para afirmar que é verdadeira.
3	A comprovação inclui experimentos objetivos e reproduzíveis; os simples questionários que interrogam as pessoas são inúteis, já que estas podem mentir.
4	Se e somente se a implicação experimental de uma teoria demonstra ser falsa, a teoria também o é.
5	Há que se valorizar a objetividade; a "observação" subjetiva (introspecção) não é um conhecimento científico, porque a objetividade e a subjetividade não podem se unir.
6	Máxima de Kelvin: "Quando não podes expressá-lo com números, teu conhecimento é pobre e insatisfatório".
7	A introspecção, a crença metafísica, a estética, etc., podem ter importância no descobrimento de uma hipótese, mas não em sua justificativa; as justificativas não estão condicionadas pelo tempo e a comunidade de ciências que as rodeiam é irrelevante para sua verdade.
8	É a metodologia que tem que separar o pensamento científico do não científico, positivo do normativo.
9	Uma explicação científica de um fato o ampara como uma lei protetora.
10	Os cientistas - por exemplo, os economistas - não devem ter nada que dizer como cientistas sobre o valor moral ou artístico.
11	Garfo de Hume: "Quando formos às bibliotecas convencidos por estes princípios, que estragos deveremos fazer? Se escolhermos qualquer livro, de divindade ou metafísica, por exemplo, perguntemo-nos: Contém algum pensamento abstrato relativo à quantidades ou números? Não. Contém algum pensamento experimental relativo a fatos reais? Não. Entreguemo-los pois às chamas, porque não podem conter nada exceto sofismas e ilusões".

Fonte: MCCLOSKEY, 1996, p. 55.

Para McCloskey poucos filósofos ainda acreditam nestas recomendações como referencial da prática científica. Entretanto, uma grande maioria de economistas ainda acredita. Não só aqueles que não refletem sobre suas suas práticas metodológicas, mas inclusive os metodologistas proeminentes na academia. Mesmo datados, *Metodologia da Economia Positiva* de Friedman e *De Gustibus Non Est Disputandum* de Becker e Stigler ainda são referência para os economistas modernos.

McCloskey aponta uma série de falhas na adoção do modernismo como uma metodologia para a economia. Aqui apresentaremos os 5 principais argumentos que apontam para a impossibilidade de aplicação do modernismo e uma conseqüente superação de sua proposta.

1. Os testes falsificacionistas não são convincentes.

Um dos critérios de cientificidade do modernismo é a possibilidade de um teste falsificacionista. A prova de uma hipótese H implica o teste de uma observação O . Porém o teste O só é possível com a adição de hipóteses auxiliares H_1-H_N . McCloskey exemplifica com uma hipótese H de que os empresários britânicos foram menos eficientes relativo aos americanos e alemães no final do século XIX. Esta hipótese implica um teste O como a medida da produtividade total no ferro e aço mostra uma diferença grande entre a siderurgia britânica e estrangeira. Este teste só é possível com hipóteses auxiliares do tipo H_1 : a teoria da produtividade marginal se aplica a Grã-Bretanha entre 1870-1913. Se não- O é o caso, então implicará não- H_1-H_N . O problema reside no fato de H_N poder ser estendido a todo tipo de hipótese irrelevante para o problema.

The hypothesis in question is insulated from crucial test by ancillary hypothesis necessary to bring it to a test. This is no mere possibility but the substance of most scientific disagreement: "Your experiment was not properly controlled"; "You have not solved the identification problem"; "You have used an equilibrium (competitive, single-equation) model when a disequilibrium (monopolistic, 500-equation) model is relevant." And even if the one hypothesis is isolated, the probabilistic nature of hypothesis, most especially in economics, makes crucial experiments non-crucial: chance is the ever present alternative, the H_N that spoils falsification. (MCCLOSKEY, 1983, 487)

2. Previsão é impossível em economia.

O modernismo advoga que a previsão é a grande característica do conhecimento científico, e que a economia é uma das agraciadas. Entretanto, para McCloskey estas são dúvidas abertas. O primeiro ponto de questionamento é sobre a previsão em geral nas ciências. A teoria da evolução é consensualmente classificada como conhecimento científico, mas não tem forma de previsão no senso modernista e é não falseável por suas previsões.

Dentro da ciência econômica em particular, as previsões são mais problemáticas ainda. McCloskey apela para o poderio que o conhecimento econômico teria para seus conhecedores, se suas previsões fossem corretas. Se um economista prevê um aumento da

taxa de juros e não aplica seu dinheiro em títulos ou ele é irracional ou está se enganando. Um velho ditado norte-americano ilustra esse ponto:

If you're so smart why aren't you rich? At the margin (because that is where economics works) and on average (because some people are lucky) the industry of making economic predictions, which includes universities, earns only normal returns. (MCCLOSKEY, 1983, p. 488)

3. Modernismo é impossível e não é seguido

Para McCloskey seguir estritamente as regras do modernismo leva ao imobilismo científico. Este argumento é uma recuperação histórica de várias teorias aceitas como científicas que não passariam pelo crivo modernista, tanto em economia quanto em outras ciências.

O primeiro exemplo é retirado de *Contra o Método* de Feysabend. McCloskey argumenta que a teoria astronômica de Galileu jamais teria passado se fosse julgada pelos preceitos modernistas. Ainda na física, muitos testes experimentais sobre a relatividade de Einstein foram ignorados como evidências contrárias. Anos mais tardes seriam reveladas como erros de mensuração, depois de a teoria ser amplamente aceita.

Voltando para economia, a revolução keynesiana teria sido barrada logo em sua publicação em 1936. Segundo McCloskey, as primeiras evidências estatísticas só foram formuladas no início dos anos 50, muito tempo depois de toda uma geração de economistas ter se tornado keynesiana. Também é o caso da volta dos monetaristas nos anos 70. A obra símbolo deste período, *A Monetary history of the United States , 1867-1960* de Friedman e Schwartz também teria sido reprovada pela metodologia modernista.

Uma teoria econômica só é testada com recurso a evidência, quando um número suficiente de economistas se importam também o suficiente em testá-la. "Even quantitative studies [...] rely heavily on pre-quantitative arguments founding belief. (MCCLOSKEY, 1983, p. 490).

4. Qualquer método é arrogante e pretensioso

O modernismo, para McCloskey, não é somente insuficiente ou inadequado. Ele é antes de tudo um método, e como tal, passível de críticas. McCloskey parece adotar um anarquismo metodológico, desafiando qualquer tipo de autoridade nesta área. "The claim is that the

philosopher of science can tell what makes for good, useful, fruitful, progressive science. [...] It is hard to take such claims seriously.” (MCCLOSKEY, 1983, p. 490) A postura de um metodologista é demais pretensiosa. Para poder determinar as regras de inferência da ciência, ele deveria conhecer não só todos os ramos da economia, mas também todo conhecimento futuro desta disciplina.

Parece não ser o caso que McCloskey é contra qualquer tipo de metodologia. A crítica contra o método parece ser apenas contra aqueles que tenham certas regras inquestionáveis: “Any methodology that is law-making and limiting...” “The crudness of modernist methodology, or of any methodology reducible to rigid percept, is bad” (MCCLOSKEY, 1983, p. 490).

5. Outras ciências não seguem o modernismo

Assim como na economia, o modernismo também não é seguido em outras ciências. Neste argumento em especial, McCloskey tenta mostrar que até na matemática, a mais exata e rigorosa das ciências, os padrões de prova e demonstração não são aceitos sem questionamentos.

Dois exemplos são utilizados: o fracasso do programa de Hilbert em fundar a matemática em bases indubitáveis, e a descrição de Lakatos em *Proofs and Refutations: The Logic of Mathematical Discovery*, que segundo McCloskey, é um exemplo de retórica na matemática.

Para McCloskey, a adesão do modernismo na economia se deve em parte a tentativa de imitar metodologicamente certas partes das ciências naturais. Se essa imitação realmente for necessária, então a economia está atrasada em abandonar o modernismo:

If economics should imitate other sciences, imitate even the majesty of physics and mathematics (there is, to be sure, considerable doubt that it should), then it should officialy open itself to a wider range of discourse. (MCCLOSKEY, 1983, p. 493)

3.2.3 Retórica

A crítica de McCloskey ao modernismo é tanto positiva quanto normativa. Os economistas não o adotam, nem deveriam adotá-lo. Em primeiro lugar, os economistas devem tomar consciência de sua atual prática científica, e esta para McCloskey, é amplamente retórica.

A retórica na economia pode ser analisada sobre duas óticas: metáforas e narrativas.

There seem to be two ways of understanding things: either by way of a metaphor or by way of a story, through something like a poem or through something like a novel (MCCLOSKEY, 1990 , p. 59).

The point is that economists are like other human beings in that they use metaphors and tell stories. They are concerned both to explain and to understand, *erklären* and *verstehen* (MCCLOSKEY, 1990 , p. 61).

Os modelos em economia tomam grande parte do arsenal explicativo dos economistas. Estes modelos, para McCloskey, são metáforas. Aqui, metáfora não é simples adornação literária, mas um recurso poderoso do pensamento para comparar conceitos.

“Elasticidade”, “depressão”, “equilíbrio”, “competição”, “velocidade da moeda” são todas metáforas retiradas de aspectos não econômicos do conhecimento, mas já incorporadas de tal forma que não provocam estranhamento.

Para McCloskey o sucesso das metáforas na economia segue a mesma lógica para aquelas analisadas na poética. Uma equação bem sucedida mostra a identidade necessária entre A e B. “The methaphor, quoth the poet, is the “consumation of identity”” (MCCLOSKEY, 1983, p. 504).

Quadro 3 - Dimensões do pensamento analógico

Aparência\Extensão	Curto	Longo
Explícito	Comparação (símile)	Repetição da comparação
Meio termo	Metáfora (capital humano)	Alegoria (economia da educação utilizando capital humano)
Implícito	Símbolo (curva de demanda)	Um sistema simbólico (análise de oferta e demanda)

Fonte: MCCLOSKEY, 1983, p. 505

Por outro lado, os economistas também contam histórias. Tanto a teoria pura quanto trabalhos econométricos tem uma dimensão narrativa (storytelling). Uma retórica da ficção é necessária para um melhor entendimento dos processos criativos dos economistas. Que gênero literário os economistas estão utilizando para argumentar?

Pure theory in economics is similar to the literary genre of fantasy. Like fantasy it violates the rules of .reality. for the convenience of the tale; and, of course, amazing results become commonplace in a world of hypothesis. [...] . The task of pure theory is to make up fantasies that have a point, in the way that Orwell.s Animal Farm has a point (MCCLOSKEY, , p. 68).

Good empirical work in economics, on the other hand, is like realist fiction. Unlike fantasy, it claims to follow all the rules of the world (well... all the important ones). But of course it is fictional (MCCLOSKEY, , p. 68).

McCloskey deixa claro que a abordagem retórica não é uma porta aberta para o irracionalismo. Ao contrário, a retórica provê a racionalidade necessária para argumentar como seres humanos.

Para McCloskey, quais as vantagens da prática e consciência retórica na ciência econômica?

1. A economia é mal ensinada. Uma abordagem retórica desviaria um ensino axiomatizado e baseado em provas para uma prática de resolução de problemas (puzzle solving).
2. A economia é mal vista pelos cientistas e pelos estudiosos de humanidades. Os cientistas questionam o rigor que a própria economia formula e não consegue alcançar. Os humanistas desconfiam do modernismo e seu antihumanismo. A abordagem retórica faria a economia permear estes campos com mais facilidade.
3. Deixar de lado a obsessão por conhecimento dito objetivo faria a economia uma ciência melhor. A incorporação de outras fontes de dados e evidências e outras formas de compreensão e introspecção levaria aos cientistas conhecer melhor o comportamento econômico dos seres humanos.
4. O conhecimento da retórica melhoraria as discussões dentro da comunidade científica. As discussões calorosas são fruto do operacionalismo do modernismo.
5. Os economistas escreveriam e argumentariam melhor.

4 CONEXÕES

A Lógica da História das Ideias é quase 20 anos posterior aos trabalhos iniciais sobre retórica na economia, e em primeiro momento longe da discussão econômica. Poderíamos então traçar paralelos entre as obras de Bevir, Arida e McCloskey?

Bevir nos oferece uma Lógica. Esta, é uma série de considerações que derivam somente das categorias mais gerais do entendimento humano, ou segundo Bevir, da gramática dos nossos conceitos. Estas considerações são implicações lógicas e diretas das faculdades humanas. Elas no dizem o que é válido e o que não é válido sobre o raciocínio na história das ideias. Entretanto, Bevir afirma que a pretensão de sua Lógica vai além da história das ideias. Ela seria válida para todas as ciências humanas em geral.

O projeto retórico em economia, mesmo cronologicamente anterior, preenche esse requisito. Ele pode ser analisado diante da Lógica de Bevir por afirmar o caráter retórico da economia, ou seja, a sua reaproximação em direção às humanidades. O estudo da retórica não mais se restringe ao estudo clássico greco-romano, mas já é amplamente difundido como prática humana em todos os tipos de conhecimento, inclusive o científico. O próprio Bevir, ao discutir a historiografia baseada na retórica e poética de Hayden White afirma:

Although logic cannot give us a historical account of changing rhetorical or poetic practices, it does provide a necessary analysis of the forms of reasoning appropriate to such an account (BEVIR, 2000, p.16).

Instead of contrasting the historiographical study of rhetoric with the logical analysis of intentionality, we should recognize that the former can proceed only in relation to the latter (BEVIR, 2000, p.16).

Justificada a similaridade de objetos, podemos nos perguntar agora se as categorias empregadas por Arida e McCloskey seguem as prescrições da Lógica, ou se em algum momento elas violam as normas estabelecidas. Dado o caráter prescritivo da Lógica, uma revisão da literatura sobre o tema é de pouca utilidade. Os trabalhos internacionais (KLAMER, MCCLOSKEY, SOLOW, 1988) e nacionais (REGO, 1996; GALA, REGO, 2003) pouco tem a informar, a não ser na tarefa de esclarecer as próprias posições de Arida e McCloskey.

4.1 Arida e Bevir

Analisando a proposta de Arida em termos da Lógica de Bevir, podemos traçar dois paralelos: i) a afirmação do caráter de História das Idéias para HPE, ii) o uso de critérios retóricos como forma de justificação.

Arida nos parece muito mais perto da perspectiva da história das ideias do que McCloskey, isto porque o próprio normatiza o papel desta disciplina dentro de seu esquema conceitual. Porém, Arida não está claro sobre qual abordagem deve ser adotada para levar a cabo um estudo de história das ideias. Podemos encontrar pelo menos três referências explícitas a estudiosos envolvidos diretamente no debate sobre o método na história das ideias: Skinner, Foucault e Ricoeur. A Lógica de Bevir não é compatível com nenhuma destas perspectivas. Entretanto, Arida nos fala que:

Obviamente, o estudo da história do pensamento enquanto história intelectual pode ser feito de acordo com vários modelos. Pode-se seguir Foucault e buscar as 'epistemes' básicas; pode-se pensá-la de um modo estruturalista; etc. O enfoque aqui propugnado, todavia, tem privilégio sobre os demais enfoque (ARIDA, 1996, p.44).

E continua, afirmando o privilégio de sua abordagem retórica em dois pontos:

Em primeiro lugar o exame retrospectivo das regras da retórica utilizadas nas controvérsias do passado e de seu efeito no sentido de angariar consenso em torno de uma tese ou programa determinado coaduna-se perfeitamente com a história das ideias enquanto história intelectual. Nesta medida, é tão razoável quanto os demais enfoques. Em segundo lugar, a visão da história do pensamento econômico como um locus aplicado de procedimentos retóricos tem a vantagem peculiar de contribuir para a auto-reflexão da disciplina (ARIDA, 1996, p.44).

Concordamos que o estudo da história das ideias pode ser feito por diferentes abordagens. Porém, a Lógica de Bevir, a abordagem aqui escolhida, não vai de encontro a nenhuma das razões que Arida nos dá para privilegiar a sua abordagem. Em termos bevirianos, o enfoque de Arida é um método, e este deve ter apenas papel heurístico para o historiador. Contudo, o papel do historiador das ideias, dentro de Arida, deve cessar assim que o objeto histórico foi reconstruído, a saber o debate retórico nas controvérsias econômicas. A partir deste momento, é papel do economista utilizar este conhecimento e incorporá-lo na construção de suas próprias teorias.

Outro ponto de contato entre os dois autores é quanto à forma de justificativa do conhecimento. Ambos reconhecem o papel de critérios consensuais adotados por um grupo de indivíduos. O caráter preliminar das normas de Arida deixou em aberto a existência de outras regras. Podemos buscar nos critérios de justificação de Bevir novas possibilidades de entender as regras retóricas. É visível que algumas delas apontam no mesmo sentido de Arida. As regras de simplicidade, abrangência e coerência podem muito bem corresponder aos critérios sincrônicos de exatidão, abrangência e coerência.

4.2 McCloskey e Bevir

Analisando a proposta de McCloskey em termos da Lógica de Bevir, podemos traçar dois paralelos: i) a crítica ao método e ii) a fecundidade da retórica. As similitudes entre McCloskey e Bevir são mais discretas. Apesar de criticar pontualmente o método modernista, McCloskey se dirige a toda metodologia científica. Bevir nos dá uma crítica do método para o historiador das ideias. Essas críticas são compatíveis?

Bevir é claro quando analisa a possibilidade de uma lógica da vindicação ou refutação:

There cannot be a logic of vindication or refutation either for the history of ideas or for any other discipline. Neither historians nor anyone else can justify their theories by reference to pure facts (BEVIR, 1999, p. 96).

O holismo semântico implica a não existência de fatos puros também para os cientistas. McCloskey nos alertara que o modernismo vinha sendo superado entre outras ciências, como na física e na biologia. Bevir conclui:

Most scientists would say that their theories were the best currently available. In doing so, they would imply that objectivity rests not on a particular method or conclusive tests against allegedly pure facts, but rather a process of comparison between rival theories (BEVIR, 1999, p. 96).

Uma segunda forma de se pensar a proposta retórica de McCloskey é em termos da justificação de sua narrativa. A consciência retórica dos economistas permite um melhor diálogo entre teorias, em melhores explicações ao adotar ou rejeitar um argumento. Neste ponto, a retórica cumpre com melhor desempenho o grupo de critérios diacrônicos de objetividade do conhecimento. A progressão, fecundidade e abertura de uma teoria é melhor desenvolvida dentro da perspectiva retórica em relação

ao modernismo. McCloskey tem cuidado também de não rejeitar os critérios sincrônicos. Ao eliminar o irracionalismo, ela se defende da acusação modernista de não cumprir o primeiro grupo de regras.

5 CONCLUSÃO

Mais do que revisar todo o conteúdo explanado até aqui, nessas considerações finais gostaríamos de ressaltar dois pontos que nos são importantes para futuros projetos.

Em primeiro lugar, enfatizar a prioridade da Lógica em relação ao projeto retórico. O sucesso de um programa de pesquisa baseado na concepção retórica da economia depende da capacidade dos pesquisadores de se adequarem às categorias da Lógica. Como conclui Bevir: "In so far as the study of rhetoric thus appeals to beliefs and intentions, it requires a logical analysis of belief and intentionality" (BEVIR, 2000, p.16).

Como este trabalho tem um caráter exploratório, gostaríamos de ressaltar a necessidade e fecundidade de uma análise interdisciplinar e interpretativa. Notamos como Arida, McCloskey e Bevir caminharam em meio de diversas áreas das ciências naturais, sociais, humanas e filosóficas. Notamos também que esta prática não foi apenas uma demonstração de erudição, mas condição necessária para construir suas respectivas propostas teóricas. Além disto, vimos como McCloskey mostra o atraso metodológico da economia em relação a outras disciplinas e Arida nos revela as condições internas à própria ciência econômica que postulam a necessidade de mudança.

REFERÊNCIAS

ARIDA, Pésio. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In: REGO, José Márcio. **Retórica na Economia**. São Paulo: Ed. 34, 1996. p. 11-46.

_____. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. GALA, Paulo; REGO, José Márcio (Org.). **História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica: Ensaios sobre Metodologia em Economia**. São Paulo: Ed. 34, 2003. p. 13-44.

_____. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro: Departamento de Economia da PUC/RJ, n. 54, 1983. *Disponível em* <<http://www.econ.puc-rio.br/PDF/td54.pdf>>. Acesso em 22 de abril de 2010.

BEVIR, Mark. **The Logic of the History of Ideas**. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

_____. **A lógica da história das ideias**. Bauru (SP): EDUSC, 2008.

_____. Clarifications. **History of European Ideas**, v. 28, n. 1-2, p. 83-100, 2002.

_____. Philosophy, Rhetoric, and Power: A Response to Critics . **Rethinking history**, v. 4, 2000.

COLLINI, Stefan. What is Intellectual History? **History Today**, Londres, n. , p.46-48, out. 1985.

FERNÁNDEZ, R.; PESSALI, H. Retórica e Economia - Um Balanço Após os Primeiros Vinte Anos. **Anais do XII Encontro Nacional de Economia Política**. 2008

GALA, Paulo; REGO, José Márcio (Org.). **História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica: Ensaios sobre Metodologia em Economia**. São Paulo: Ed. 34, 2003. 312 p.

HOLLINGER, David A.. What is Intellectual History? **History Today**, Londres, n. , p.49-50, out. 1985.

KLAMER, A.; MCCLOSKEY, D.; SOLOW, R. (eds.) **The Consequences of Economic Rhetoric**. Cambridge, C.U.P., 1988.

MCCLOSKEY, D. The Rethorics of Economics. **Journal of Economic Literature**, jun. 1983, p. 481-517, 1983

_____. A Retórica da Economia. In: REGO, José Márcio. **Retórica na Economia**. São Paulo: Ed. 34, 1996. p. 47-80

_____. Storytelling in Economics. In: Lavoie, D. (org.). **Economics and Hermeneutics**. Londres: Routledge, 1990. p. 59-73

REGO, José Márcio (Org.). **Retórica na Economia**. São Paulo: Ed. 34, 1996. 208 p.

_____. (Org.). **Revisão da Crise: metodologia e retórica na história do pensamento econômico**. São Paulo: Editora Biental, 1991.

PRADO, Eleutério. A questão da resolução das controvérsias em economia. In: GALA, Paulo; REGO, José Márcio (Org.). **História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica: Ensaio sobre Metodologia em Economia**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

PRADO JR, Bento. Prefácio. In: REGO, José Márcio. **Retórica na Economia**. São Paulo: Ed. 34, 1996. p. 7-10.

SILVA, R. . O novo historicismo na ciência política: um encontro entre duas tradições. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 1, p. 123-151, 2009.

_____. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, 2010.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in The History of Ideas. **History and Theory**, n. 8, 1969.

_____. What is Intellectual History? **History Today**, Londres, n. , p.50-52, out. 1985.

STOW, S. .Histories, Logics and Politics: An Interview with Mark Bevir,. **Journal of Moral Philosophy**, 2:2, 2005: 193-206.